

Longe da aprovação

Tarciano Ricarto
Da equipe do **Correio**

Nehil Hamilton 2.5.01

Ele parecia estar prestes a sair do forno. Mas muita gente ainda vai meter a colher para mexer no Plano Diretor de Publicidade (PDP) da área tombada. Quando tudo indicava um fim próximo, surge novo dilema. Enquanto a relatoria do projeto de lei analisava modificações na proposta original enviada à Câmara Legislativa, o Executivo, autor do projeto, também preparava alterações ao mesmo texto base.

Resultado: tanto o Ministério Público como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) têm em mãos, nesse momento, duas propostas de alteração para estudar. Elas se batem em alguns pontos e caminham juntas em outros (*ver quadro ao lado*). O dilema sugere mais demora na aprovação do plano diretor, que está na Câmara há sete meses e demorou mais um ano e quatro meses para chegar lá.

O substitutivo da Câmara, de autoria do deputado distrital Wasny de Roure (PT), excluiu itens do projeto original, criou alguns e modificou outros. "Oficialmente, como relator, desconheço as alterações proposta pelo governo. Até agora, não fui informado de nada". A subsecretária de Urbanismo e Preservação, Eliana Klarmann, argumenta que as modificações sugeridas não foram enviadas diretamente à Câmara por uma questão de coerência.

"Preferimos apresentá-las primeiro ao Ministério Público e ao Iphan, para que sejam enviadas à Câmara já com o aval deles", justifica a subsecretária. No primeiro semestre, quando o projeto de lei do governo foi enviado ao Legislativo, recebeu críticas de especialistas em urbanismos e do próprio MP. A proposta foi taxada de "permissiva".

O promotor Libânio Alves, da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Proureb), está analisando as mudanças propostas pelo governo. Ele considera positiva algumas modificações, como deixar clara a necessidade de licitação para explorar a publicidade nos mobiliários urbanos (bancos, paradas de ônibus, bancas de revista etc). "Mas não especifica que a licitação deve ser feita por região administrativa, o que pode privilegiar grandes empresas", critica.



O PLANO DIRETOR DE PUBLICIDADE PRETENDE EVITAR QUE PROPAGANDAS SEJAM ESPALHADAS DE FORMA DESORDENADA NA ÁREA TOMBADA DE BRASÍLIA

ALTERAÇÕES PROPOSTAS

SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

■ O projeto original permite colocar publicidade em placas de trânsito. Tanto no substitutivo da Câmara como na atual proposta do governo, esse item foi retirado.

MOBILIÁRIO URBANO

(bancos de praça, paradas de ônibus, bancas de revista etc)

■ O texto base não deixa claro a obrigatoriedade de licitação para explorar o espaço do mobiliário urbano com propaganda. O substitutivo da Câmara contempla essa exigência legal, além de condicionar a existência do mobiliário a um projeto paisagístico e determinar que a licitação seja feita por região administrativa. A nova sugestão do GDF fala da

licitação, mas não toca nos outros dois itens.

ANEL DE PROTEÇÃO

■ O texto original não trata disso. Nas modificações da relatoria, consta a criação de uma zona em torno de Brasília, com o objetivo de restringir e regulamentar a publicidade nas imediações da área tombada. A mais recente proposta do governo não sugere a criação desse anel.

ÁREAS RESIDENCIAIS

■ No projeto de lei enviado à Câmara, é permitido colocar publicidade em áreas residenciais onde funcionam comércios com alvará precário. Esse item foi retirado do texto das duas novas propostas. Essa decisão também foi unânime entre Ministério Público e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Audiência polêmica

Uma audiência pública para discutir o Plano Diretor de Publicidade (PDP) está marcada para as 14h da próxima segunda-feira, no auditório do Ministério Público. Será a oportunidade de evidenciar falhas e acertos das novas propostas. Um dos pontos polêmicos será a criação de um anel de proteção ao redor da área tombada, sugerida no substitutivo do deputado Wasny de Roure.

A maior parte desse anel abrangeria áreas de proteção ambiental como o Parque Nacional e as áreas de preservação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo é impedir que a instalação de meios de propaganda no entorno de Brasília interfiram visualmente na região tombada. Dentro desse anel, por exemplo, seria vetada a instalação de publicidade que, por sua localização, dificulte enxergar a linha do horizonte.

A subsecretária de Urbanismo

e Preservação, Eliana Klarmann, discorda que a proposta seja definida dentro do PDP. "Não sou contra a criação do anel, mas acho que é uma matéria que precisa de um estudo mais abrangente", argumenta. O substitutivo propõe a delimitação do anel de proteção e condiciona a colocação de publicidade dentro dele a normas que devem ser elaboradas posteriormente.

"Teria de se criar um plano de ocupação, a ser elaborado com participação da sociedade e dos órgãos de planejamento e proteção", detalha a arquiteta Tânia Battella, que trabalhou na execução do substitutivo. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) avalia a proposta, mas, por enquanto, não tem posição definida sobre o assunto. "Estamos em fase de análise. Ainda vamos nos reunir com o Ministério Público e com o governo", diz Fátima Cisneiros, gerente executiva de Brasília, no Iphan.